



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : diálogos contemporâneos 3 /
Organizadora Ana Paula Dutra Bôscarro. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-39-3

DOI 10.22533/at.ed.393201002

1. História – Pesquisa – Brasil. I. Bôscarro, Ana Paula Dutra.
CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Por intermédio de diversos trabalhos acadêmicos, o livro *História: Diálogos Contemporâneos* apresenta-se como um importante espaço de intercâmbio cultural e científico. Ao articular as relações que se estabeleceram no passado e que continuam vigentes no presente, o livro abarca assuntos relevantes e que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, propiciando discussões em entorno de questões políticas, sociais e culturais.

De modo cada vez mais sistemático, a historiografia tem se empenhado em desenvolver novas possibilidades investigativas. Os autores aqui reunidos, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas, colaboram com o processo de construção do conhecimento histórico. Seus trabalhos, resultados de pesquisas originais, dialogam entre si e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes assuntos.

No livro estão reunidas análises que dissertam sobre o uso da literatura e da narrativa nos estudos históricos; Trabalhos que refletem sobre o papel do ensino no contexto atual e sobre os diversos embates enfrentados por seus profissionais nos espaços escolares e nas universidades; Debates sobre questões relativas ao passado escravocrata e suas permanências nas relações sociais; Migrações forçadas no contexto atual, dentre outros temas que promovem um frutífero diálogo entre passado e presente.

Em síntese, a obra nos ajuda a compreender de que modo as marcas do passado se manifestam em nossa experiência atual. Desta feita, esperamos que a leitura dos capítulos que por ora se apresentam possam ampliar os conhecimentos e instigar novas pesquisas históricas. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaró

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATOS MEMORIAIS E RELATOS TESTEMUNHOS: O EXEMPLO DE ANTÔNIO PIGAFETTA (1491-1534)	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.3932010021	
CAPÍTULO 2	15
MARIA GRAHAM: A POLISSÊMICA NARRATIVA DA ESCRITORA INGLESA, SOBRE OS BRASIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS	
Denise Maria Couto Gomes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.3932010022	
CAPÍTULO 3	26
CAPITALISMO, COMUNISMO E A HISTÓRIA DO FUTURO: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE “A MÁQUINA DO TEMPO” DE H. G. WELLS (1895)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.3932010023	
CAPÍTULO 4	40
MANOEL BOMFIM E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA: A AMÉRICA LATINA SOB DIFERENTES PARADIGMAS RACIALISTAS	
José Geraldo Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3932010024	
CAPÍTULO 5	54
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.3932010025	
CAPÍTULO 6	65
AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
Heloíse Montagner Coelho	
Thieser da Silva Farias	
DOI 10.22533/at.ed.3932010026	
CAPÍTULO 7	77
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E O FENÔMENO ALIENAÇÃO PARENTAL: A CRÍTICA DA TEORIA SISTÊMICA À PERSPECTIVA DE RICHARD GARDNER	
Ronaldo da Costa Formiga	
DOI 10.22533/at.ed.3932010027	
CAPÍTULO 8	90
ESCRITAS DE SI: A PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA DESENVOLVIDA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL E IDENTITÁRIA	
Tuany Maria Rodrigues Gonçalves Cianelli	
Bruna Sieiro Borges	
Fernanda Iglesias Webering	

Cláudia Cristina Mendes Giesel
Flávia Maria Farias Baptista da Cunha
DOI 10.22533/at.ed.3932010028

CAPÍTULO 9 101

UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

Gustavo de Faria Lopes
José Elias Domingos Costa Marques
Renato Gomes Vieira

DOI 10.22533/at.ed.3932010029

CAPÍTULO 10 112

A UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS COM O INTUITO DE PROMOVER O DEBATE RELACIONADO À TEMAS RELEVANTES ÀS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Aline Kelly da Silva Faria
Madalena da Silva Faria

DOI 10.22533/at.ed.39320100210

CAPÍTULO 11 118

DESCONSTRUÍNDO ESTEREÓTIPOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Lucas Cardoso de Moura

DOI 10.22533/at.ed.39320100211

CAPÍTULO 12 126

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Oscar Edgardo N. Escobar

DOI 10.22533/at.ed.39320100212

CAPÍTULO 13 139

HISTÓRIAS DA PSIQUIATRIA NO BRASIL E AS INTERDIÇÕES AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ana Maria Cardachevski

DOI 10.22533/at.ed.39320100213

CAPÍTULO 14 153

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA E O USO IDEOLÓGICO DAS FONTES

Natalia dos Reis Cruz

DOI 10.22533/at.ed.39320100214

CAPÍTULO 15 162

MORRER NEGRO EM JACUTINGA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS FUNEBRES DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Ana Francisca Vasconcelos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.39320100215

CAPÍTULO 16	170
DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO Claudia Alves d`Almeida DOI 10.22533/at.ed.39320100216	
CAPÍTULO 17	179
A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930) Inajá Reis Costa DOI 10.22533/at.ed.39320100217	
CAPÍTULO 18	191
ENTRE SEMENTES E FRUTOS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE E A ROMANIZAÇÃO EM MANAUS (1941-1948) Elisângela Maciel DOI 10.22533/at.ed.39320100218	
CAPÍTULO 19	202
MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) Tatiane Sant'Ana Coelho Reis DOI 10.22533/at.ed.39320100219	
SOBRE A ORGANIZADORA	212
ÍNDICE REMISSIVO	213

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Data de aceite: 04/03/2020

Oscar Edgardo N. Escobar

(Docente/UEPG) E-mail: escobareduc@uepg.br

Brasil

RESUMO: Este trabalho de pesquisa pretende contribuir na discussão sobre o período histórico do ensino superior no Brasil Colônia. O texto traz a luz a discussão de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no período de 2019 a 2020. O Leitor encontrara aqui uma discussão sobre o desenvolvimento do ensino superior e sua trajetória histórica.

PALAVRA-CHAVE: Educação superior, Brasil Colônia, ascensão da sociedade moderna.

ABSTRACT: This research word intends to contribute to the discussion about the historical period of higher education in Colony Brazil. The text brings to light the discussion of a research carried out at the State University of Ponta Grossa (UEPG) in the period from 2019 to 2020. The reader will find here a discussion on the development of higher education and its historical trajectory.

KEYWORDS: Higher education, Brazil Colony, Rise of modern society.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um trabalho que venho desenvolvendo como docente e pesquisador. É uma tentativa de explicar a trajetória histórica dessa importante instituição que surge na Idade Média¹, a universidade. Não é uma história descontextualizada, pelo contrário, procurou-se seguir a trajetória, não sempre fácil, de sua essência, de seu movimento, além de toda a transformação que necessariamente a promoveu. Apesar da amplitude dos estudos que se tem feito sobre ela, poucos a tem estudado com os olhos da história, diferentemente, aqui recriaremos sua origem, seu cotidiano, principalmente, os atores humanos que permitem sua existência e fazem sua mudança possível. A opção de estudar a universidade nasceu por iniciativa da própria profissão de professor no ensino superior. Para mostrar os pormenores dessa história foi utilizado o estudo bibliográfico e documental, resgatou-se a trajetória desta instituição desde

¹ A definição é complexa, pois, compreende uma dezena de séculos que ninguém parece conseguir situar, dado que se encontra entre dois períodos bem definidos, a queda do Império Romano (deposição do último soberano do império, Rômulo Augústulo, 476, século V, até a conquista da cidade de Constantinopla pelos turcos, (1453, século XV) e a época de Leonardo da Vinci, o Renascimento.

seu nascimento, até o desenvolvimento da sociedade contemporânea ou sociedade do capital.

A partir da pesquisa realizada sobre a universidade é possível afirmar que, esta instituição desde a sua origem, expressava as necessidades humanas de uma época, desde a Idade Média, passando pelo período do renascimento (fase revolucionária da classe burguesa) até o pleno desenvolvimento da sociedade moderna, ela esteve ao serviço dos interesses daqueles que detinham o poder; suas contradições, enquanto produtora de conhecimento, revestem-se das próprias lutas que a sociedade travava no plano social, cultural, econômico e político.

A ideia central deste trabalho se fundamenta na possibilidade de trazer à luz o papel que o ensino superior tem dentro do contexto na qual é produzido.

2 | A UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA: A ESPECIFICIDADE DE BRASIL

Antes de tudo, durante o período da dominação espanhola as universidades na América Latina foram uma prioridade para os colonizadores, ao contrário de Portugal, já nos primeiros anos serão fundadas estas instituições nas colônias, seguindo o modelo europeu, principalmente da universidade de Salamanca. Em Santo Domingo, se fundou a primeira universidade de América, no início do século XVI, esta instituição permitia produzir distintos cargos e ofícios para a nova sociedade. Neste mesmo período, a universidade de San Marcos de Lima (Peru), será fundada pela congregação dos Dominicanos Fray Antonio de Hervias, em 1551, em forma posterior, foram fundadas as universidades de Guatemala, Argentina (Córdoba), universidade de Charcas (Sucre-Bolivia), depois será fundada, em 1624, a universidade São Francisco de Xavier; Caracas (Venezuela), La Habana (Cuba), Universidade Tomista de Santa fé de Bogotá (Colômbia), entre outras. Em suma, como aponta um pesquisador:

De las treinta y una universidad que funcionaron en Hispanoamérica durante el dominio español, varias se extinguieron em el siglo XVIII: las de San Fulgencio de Quito y la de San Nicolás de Santafé, dirigidas por los agustinos; las de Santiago de la Paz de Santo Domingo, San Gregorio de Quito, San Ignacio del Cuzco, dirigidas por los jesuítas, a raíz de La expulsión de la Compañía de los territorios hispánicos; la de la Nuestra Señora del Rosario, dirigidos por los dominicanos, y la de San Miguel, de Santiago de Chile, de los jesuítas, al fundarse la Universidad pública de San Felipe em 1738. Las demás fundiciones, después de sufrir numerosos câmbios y pasar por diversas manos directoras, han subsistido hasta hoy. (Buenaventura, 1994: 204).

Por isso, a consolidação educativa de Espanha em América Latina representou um fenômeno singular na história. Foram 31 universidades fundadas pelos espanhóis nas terras colonizadas, desde 1538 até 1812 o que representa uma cifra expressiva para a época. Na realidade, ainda não havia nascidos algumas das universidades europeias mais famosas, inclusive, representavam mais centros de ensino superior

que na Metrópole. Na verdade, a criação das nações latino-americanas nos primórdios do século XIX, possibilitou criar as necessidades do estabelecimento, em cada país independente, instituições de ensino superior capazes de promover os valores da racionalidade do mundo moderno, que estavam moldando a construção das nações-estado modernas, tanto na Europa como nos países capitalistas industriais, especificamente, nos Estados Unidos. Alguns países tiveram mais sucessos que outros e, em certas localidades, as antigas universidades coloniais acabaram transformadas e incorporadas ao novo ambiente educacional, como bem observa um pesquisador:

Com o capitalismo, vem a necessidade de educação, sobretudo daquela classe que irá se caracterizar como classe média num futuro não muito distante daquele momento. Ou seja, com a queda da monarquia e dos títulos de nobreza, uma burguesia mercantil e industrial começa seus primeiros passos rumo a uma economia capitalista, assentada num Estado de direito laico e, a princípio, democrático (Torgal; 2015, 127).

Portanto, a educação do ensino superior no Brasil não pode ser interpretada, discutida e analisada sem que se tenha presente sua contextualização, sua inserção no contexto mundial da colonização. O Brasil possui uma localização privilegiada na América latina, um continente que na atualidade passa por mudanças significativas, seja a nível político, emancipação econômica, cultural e social. É, sem dúvida, um continente que enfrenta muitas desigualdades, porém, as sociedades não têm desprezado nem rejeitado mudanças que vão além do sentido tradicional.

As mudanças, embora tímidas, tem possibilitado consolidar governos com democracias populares; suas contradições são visíveis e muito questionadas, Emir Sader, ao fazer uma crítica construtiva deste processo salienta que o governo nunca abandonou a lógica do capital, fundamentando-se neste raciocínio, explica a pesquisadora Masson (2009):

O governo Lula faz desalinhamento político, mas alinhamento econômico. De acordo com o autor, "Lula deixa muito claro que não pode tolerar o alinhamento total com os EUA, pelo contrário, faz um alinhamento em termos econômicos, de promoção neoliberal, mas politicamente escolhe certa solidariedade com os países irmãos na América Latina (Masson, 2009: 26).

Efetivamente, no terceiro mandato do governo democrático popular, o Brasil não tem conseguido afastar-se dessa lógica, embora, os movimentos sociais organizados, sindicatos, movimentos estudantis, universidades, entre outros, não poupam esforços em apontar novos rumos que o país precisa percorrer, porém, basicamente o governo não tem levado em conta, como prioridade, o atendimento às necessidades destes movimentos sociais que lutam por ampliar os espaços democráticos de forma real. Tal realidade não pode ser compreendida sem analisar os fundamentos históricos que a geraram. Portanto, antes de adentrarmos neste tema, nada mais indicado para recordar a necessidade de contextualizar o cenário no qual a sociedade brasileira se

forma e se desenvolve, sem isso, tornar-se-á incompreensível o aparecimento das universidades no território nacional.

A universidade² no Brasil é um fenômeno recente, se a situamos com o resto da América Latina, pois, a colonização espanhola desde seu início, já no século XVI fundava essas instituições nos espaços da colônia, os representantes da colonização portuguesa a proibiram até o século XIX. Assim, inicialmente, as elites locais procuravam a Europa para realizar seus estudos superiores, não existia um interesse, nem havia uma resistência organizada para mudar esse quadro educacional, como foi observado, somente com as revoluções burguesas das independências e de configuração política surgira a justificativa e a necessidade para a criação desta instituição no Brasil Colônia³. Ela será convocada a ser palco de debates sobre a nova fase da sociedade, mas não em termos puramente abstratos, pois, não resta dúvidas que essas tarefas sempre se desenvolverão em realidades de exaustivas contradições. É dela que surgirão os juristas, advogados, diplomados, etc, que permitiram legitimar a descentralização política da Primeira República. Apesar da importância destes eventos, a estrutura econômica e política se manterá na “nova instituição”, pois, nestas condições:

América Latina dominada “representa um papel decisivo na acumulação da riqueza, pela burguesia da Europa ocidental”. [...] Com efeito, o trabalho forçado dos escravos negros e das populações da América do Sul permite extrair uma enorme massa de mais-valia, sendo está apropriada sob a forma monetária por negociantes e fabricantes, por banqueiros e financeiros ingleses, principalmente, mas também da Europa continental e das colônias da América do Norte (Beaud, 1981: 56).

Ao mesmo tempo, é sobre está realidade que a educação vai restabelecendo e ampliando sua redemocratização, é verdade que uma minoria privilegiada será beneficiada, porém, representara um avanço em relação às épocas anteriores. A República estabeleceu como regra o ensino ministrado pelos poderes públicos. Manteve o ensino religioso obrigatório para as escolas e ministrados segundo as confissões religiosas dos alunos. Também, a participação do ensino privado será privilegiada, dentro os limites da lei.

2 “Da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força de trabalho” (Chauí, 2001:52).

3 “A lei de Terras instituiu no Brasil a terra como mercadoria e permitiu a vinda de imigrantes para prover a grande e a pequena lavoura da mão-de-obra necessária. E, ao impedir que desde o início esses camponeses pudessem se tornar proprietários, reafirmava o que deles se esperava: colonos morigerados e laboriosos como força de trabalho para as propriedades agrícolas do Estado ou Particulares” (Antunes, 2001: 75).



Fonte: jesuitasbrasil.org.br

Para muitos autores, entre eles Saviani, (2010); Manacorda, (1989); Janotti, (1992); Cunha, (200); Mesgravis, (2015); (2015); Romanelli, (1992); Janotti, 1992; Chauí, (2001); Piletti, Claudino & Piletti, Nelson, 2012); Torgal, (2015), Mészáros (2007); entre outros, a história da educação moderna, em nosso país, iniciou-se por volta do século XV, quando as empresa coloniais dos países ibéricos chegaram a este novo continente. A Companhia dos Jesuítas⁴ representam o início do ensino no Brasil colônia, cabia a eles, introduzir a cultura e os empreendimentos que as circunstâncias requeriam, mas, acima de tudo, ela, mais do que qualquer outra organização, cabia introduziu os interesses da civilização oriunda da Europa aos povos autóctones. Por mais de 250 anos, especificamente, até 1759, quando estes são expulsos, a educação esteve exclusivamente o seu modelo pedagógico. Nas palavras de Saviani (2010), os jesuítas:

Vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiado tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstancias, puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. Guiando-se pelas mesmas ideias e princípios, os jesuítas estenderam sua ação praticamente ao longo de todo o território (Saviani, 2010: 41).

Para compreender bem o exato alcance das ideias pedagógicas dos jesuítas, podemos inferir que todas as ações encontravam-se num manual denominado Ratio Studiorum⁵, este passou a ser o instrumento que organizava e orientava as

4 Foi fundada em 1534 por um grupo da Universidade de Paris – liderada pelo basco – Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. Ela, foi fundada no contexto da Reforma Católica. O pesquisador Sangenis, salienta que os frades franciscanos tiveram um papel na história da educação brasileira, porém, esta foi ofuscada pelo domínio dos jesuítas.

5 Constituía um plano de estúdio, cujo conteúdo expressava a cultura europeia, elaborado e publicado pela Companhia de Jesus em 1599.

atividades, tanto na preparação da intelectualidade colonizadora, quanto na instrução, num primeiro momento, das sociedades indígenas e posteriormente dos escravos, mediante a catequese⁶. Objetivamente, este manual pedagógico consistia, segundo Manacorda (1989):

No fim do século (1586-99) apareceu a *Ratio studiorum*, que regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina. Eram previsto seis anos de *studia inferiora*, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); um triênio de *studia superiora* de filosofia (lógica, física, ética), um ano de metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após uma *repetitio generalis* e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia, que durava quatro anos (Manacorda, 1989: 202, grifos do autor).

É importante observar que o conteúdo herdado do humanismo foi cuidadosamente modificado, por vezes alterado, para ser instrumentalizado ao serviço dos objetivos religiosos e econômicos. A censura e as modificações dos textos clássicos foram a fonte que alimentava esta forma de ensino, os jesuítas tornaram-se peritos nesta prática educativa, não é sem razão a seguinte apreciação: “O papa Urbano⁷ VIII declara solenemente a alta estima em que tinha os Jesuítas e louvava a obra que eles efetuavam em terra fiel e infiel” (Guillermou, 1977: 44).

O ingresso ao mundo do trabalho ocidental constitui-se num grande objetivo. Portanto, neste contexto a educação aparece com uma conotação estritamente econômica, ou seja, a força humana é direcionada para aumentar o cabedal mercantil, este, representava o referencial que movia as relações europeias da época. Dentro desta visão:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra (...) esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição (Marx, 1988: 275-276).

Portanto, o regime colonial gerara progressos enormes no comércio e na navegação, contribuiu de forma decisiva para a concentração de capital. A organização de trabalho imposto tivera uma intensificação progressiva, por todas as partes surgiram engenhos, o monopólio da riqueza produzida fora da Europa tinha endereço na

6 Segundo Saviani (2010), a catequese pode ser entendida como difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. Inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores.

7 Nascido numa família de mercadores que fez fortuna em Florença; em 1512 foi nomeado Governador em Fano. Em 1625 foi nomeado papa até 1644. Foi reconhecido pelas reformas e pela extensão da influência eclesiástica do cristianismo; graças a sua posição, beneficiou a sua família para enriquecer rapidamente; foi durante seu pontificado que Galileu Galilei foi chamado para se retratar das afirmações científicas que havia elaborado em 1633. Galileu ficaria em prisão domiciliar até sua morte.

metrópole, aqui se transformava em capital, pois, mesmo para financiar uma expedição era imprescindível tê-lo. A narrativa histórica nos conta parte destes acontecimentos.

Nos documentos onde se descreve a “descoberta da América”, Cristóvão Colombo deixou, desde o início, entrever claramente o interesse que movimentava as viagens. Ao chegar ao litoral da América do Sul, pensando ser a Índia, colocou os objetivos encomendados da seguinte forma: “E eu estava atento, me esforçando para saber se havia ouro e vi que traziam um pedacinho pendurado [...] sugeri que fossem buscar (Colombo, 1987:46).

Quando as caravelas carregadas de ouro e prata regressavam a Espanha, Colombo enunciava à rainha Isabel, na linguagem franca da burguesia mercantil genovesa: “Ouro excelente, com ele se consegue tesouros e quem possui tesouros pode fazer o que quiser neste mundo, até levar as almas ao paraíso (Idem.).

Para todos os casos a influência espanhola ou portuguesa não era distinta, fundamentalmente se complementavam em processo, principalmente, quando o Reino de Portugal passa a manter uma elite dirigente, independente do reino de Castela (Espanha), sela um acordo na Conferência de Zamora⁸, entre a alta nobreza peninsular, em 1143.

Assim, no diário de Colombo e nos manuscritos do escrivão Pedro Vaz de Caminha, o último, compunha a armada de Pedro Álvares Cabral, nas suas apreciações apresentam dois momentos distintos, porém, convergem plenamente nos objetivos próprios da colonização, são observados os mesmos interesses, porém, além dos metais preciosos, a exploração do trabalho indígena serviu para intensificar o comércio do pau-brasil que era considerado um empreendimento complementar, pois, os portugueses eram exímios no tráfico de escravos, marfim, ouro, prata, especiarias, entre outros. Dessa forma, modelaram-se as relações que permitiram manter em ascensão as empresas lisboetas. A este respeito Caio Prado Júnior, elaborou uma acertada definição deste processo, comentando que:

O destino das colônias no novo mundo era fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro, (...) as grandes propriedades, monocultura, trabalho escravo eram formas que se combinavam e se complementavam (Prado, 1945: 144).

A existência durante quatro séculos da escravidão compulsória demonstrou que, o sistema colonial convergiu para um só objetivo, o de gerar riqueza para a sustentação de uma metrópole burocrática improdutiva ávida de dinheiro, Assim, assinala um educador e pesquisador deste processo social, Saviani (2010), “Ademais, nobreza e burguesia, embora tendo objetivos econômicos diversos, comungavam do mesmo interesse expansionista” (Saviani, 2010: 29).

8 É um tratado de paz entre Afonso Henriques (1º rei de Portugal) e o rei Afonso VII de Castela e Leão, o 5 de outubro de 1143; aqui se definem as cláusulas de paz e os limites de cada reino. Em 1179, o Papa Alexandre III, através da Bula “Manifestis Probatum” declara Portugal reino independente.

A colônia era a esfera direta e exclusiva do capital⁹ em suas várias fases de desenvolvimento, pois, quanto mais avança em termos mundiais no processo de expropriação e centralização de todos os meios de produção, transformando-os em capital, mais se acelerava a conversão de todos os produtores em produtos de mais-valia. Nesta evolução a colônia tinha paradoxalmente o primado, pois, era nela que o capital podia criar as condições ideais de produção. A este respeito Fernando Novais, observa que o processo colonial:

Se apresenta como um tipo particular de relações políticas, como dois elementos: um centro de decisões (metrópole) e outro (colonial) subordinando relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais (Novaes, 1975: 115).

De fato, está dinâmica econômica era essencial para a ascensão da burguesia no seu estágio mercantil, significando o enriquecimento ou a acumulação de capital de forma bastante segura. Portanto, pode-se inferir que a colonização veio reproduzir as relações à imagem do capital. Com efeito, um pesquisador Hatton (2012), observa acertadamente que: “O viajante sacerdote jesuíta Pedro Antônio Vieira, na sua história de futuro, de 1664, explicou como funcionava a relação simbiótica: “Os pregadores levam o evangelho e o negócio levava os pregadores (Hatton, 2012: 64).

Ninguém melhor que este cronista jesuíta¹⁰ aponta as consequências de tudo isto. Ninguém melhor que ele, que viveu algumas dezenas de anos depois, descreveu os resultados e os efeitos, para a organização social da metrópole e da colônia. Nenhum de seus contemporâneos, de qualquer país, viu com mais lucidez o nascimento e o crescer da nova classe social que irá surgir na colônia e que já na época irá dominar a Europa durante séculos. Os grupos dominantes, entre eles a própria área eclesiástica era beneficiava neste contexto, pois: “Os escravos trabalhavam, quer em tarefas domésticas quer artesanais e rurais, existindo tanto nas cidades como no campo e sendo propriedade apreciada de senhores eclesiásticos e laicos” (Oliveira, 2010:97). Entretanto, os jesuítas teriam um papel fundamental na justificação desta nova forma de organizar as relações sociais, desde a fundação da Campanha de Jesus, o ensino e seus métodos pedagógicos serão introduzidos em todos os cantos do globo. Na especificidade do Brasil:

O primeiro estabelecimento do ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo federal, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários

9 “Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento o sistema de capital era imensamente dinâmico e, em muitos aspectos, também positivo. Somente com o passar do tempo – que trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – este se tornou uma força regressiva perigosa. Se, entretanto, a ordem reprodutiva vigente não tem nenhum senso de tempo histórico” (Mészáros, 2007: 25).

10 Saviani (2010) lembra que: “os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pela autoridade da colônia (p.41).

No Brasil as tentativas de criação da universidade foram adiadas durante todo o período colonial, segundo os registros históricos, o reinado da época procurou manter a dependência em relação à universidade de Coimbra, considerada como uma estratégia do pacto colonial. Assim, a própria dominação passava pelo plano simbólico, pois, não se fazia necessário ter na colônia um estrato social pensante e independente. Além do caráter pragmático que marcava essas iniciativas, cumpre destacar também o seu significado simbólico e ideológico, pois, permitia legitimar o próprio processo colonial. Assim: “Uma das razões, como afirmava o Conselho Ultramarino, era o fato de que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal” (Rubião, 2013:115).

Cabe lembrar que não só no Brasil, mas em todo o Império Português, as doutrinas pedagógicas foram inspiradas na filosofia clássica, na Bíblia, no Estoicismo, nas Sagradas Escrituras, na Patrística, na Escolástica, etc. foram sendo ressignificadas e adaptadas à interpretação e compreensão da conveniência de cada tempo e lugar, pelos representantes oficiais, canonistas, teólogos, moralistas, colonos, entre outros. Em termos oficiais: “Em 1547, uma bula do papa concede a este instituto todos os privilégios e prerrogativas habituais” (Guillermou, 1977:27). No cenário colonial¹¹, essas ideias eram apresentadas em forma de sermões e livros de reflexões morais, e passaram a ser difundidas com mais insistência, mediante a anuência das ordens religiosas com a licença oficial (Imprimatur) da igreja católica.

Todavia, este processo não é homogêneo, sem contradições, há muitos interesses que convergem e convivem, particularmente, esse modelo educacional representa o ideal que permite a docilização e a submissão do educando, elemento vital para o sucesso e expansão da colonização. Saviani (2010), assim se expressa:

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (Saviani, 2010: 29).

Os métodos violentos com muita impropriedade denominados “guerra justa” que foram utilizados contra as populações autóctones – a verdadeira população nacional-para a expropriação de suas habituais condições de vida, foram utilizados com um claro objetivo central, o da produção da riqueza. Esta se encontrava em grandes proporções, não as conheciam os povos indígenas da época anterior à chegada dos

11 “Ao incorporar milhões de escravos africanos num sistema econômico internacional, a classe capitalista europeia reduziu efetivamente o preço da mão-de-obra das classes trabalhadoras europeias (Pomer, 1994: 37).

colonizadores porque suas técnicas não o permitiam. Os portugueses exploraram as técnicas de acordo com a lógica do excedente, eis um exemplo, já no início do século XVII: “Em 1600, o Brasil produzia metade do açúcar do mundo graças à mão de obra de escravos africanos (Donaldson, 2014: 35).

Portanto, as relações mercantis preservam a manutenção de uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Assim, utilizaram todos os recursos para obter as riquezas do continente. Principalmente, em termos administrativos, a centralização da propriedade fundiária, as Sesmarias¹², agiu como uma barreira intransponível para o produtor independente que quisesse estabelecer-se no Brasil e aqui refazer o seu mundo anterior. Portanto, o mercado comercial, que foi beneficiado com a colonização da América:

Os instrumentos que eram empregados até então requeriam processos individuais de trabalho, isto é, eram para serem usados por um só operário. Mas, pressionada pelas exigências do comércio que se desenvolvia, a burguesia da época concentrou e modificou esses meios de produção, até então isolados e mesquinhos, transformando-os na enorme força que todos conhecemos (Ponce, 2007: 126).

O Estado (da Metrópole), o poder de elaborar leis, de manipulá-las em benefício de uma classe, o uso legal e sancionado ideologicamente da violência, foram as premissas da colonização. É importante frisar que Portugal da época, encontrava-se em uma acentuada crise, provocada por suas classes antagônicas historicamente, que eram constituídas pela nobreza feudal parasitária e religiosa, expressão de uma sociedade que tendia a desagregar-se e, a burguesia mercantil que necessariamente estava caminhando para produzir a riqueza e não a obter através de ações fortuitas ou casuais. Esta nova relação social mercantil será defendida com as próprias armas, a concorrência será assim neutralizada: “Em 1630, a sociedade açucareira que se construía em Pernambuco e nas capitanias vizinhas foi sacudida com o assalto holandês a Olinda, que se tornou o primeiro ato de um conflito de décadas pelos territórios nordeste açucareiro (Silva, 2009: 57).

É importante lembrar que neste contexto de conquistas ultramarinas, a nobreza para neutralizar as posições econômicas e sociais da burguesia em ascensão, reage protegendo a ordem feudal com a Inquisição, instrumento de controle político e de poder, este é introduzido em Portugal sob o reinado de Dom João III (1521-1557). Em suma:

O interesse da Coroa portuguesa era impor uma cultura à luz das necessidades mercantis vigentes. Para tanto, era necessária uma nova organização social na qual fosse possível inserir a visão de mundo cristão, para civilizar e cristianizar os “selvagens” da terra. Nesse contexto, coube à Companhia de Jesus a missão de fazer com que os nativos fossem inseridos no sistema colonial, fazendo-os conhecer a verdade da salvação (Ponce, 2007: 126).

12 O sistema Lei da Sesmaria efetivado no território brasileiro em 1530, perdurou até 17 de julho de 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva, pôs termo a este regime de apropriação da terra.

Neste cenário histórico que Brasil pode ser inserido, aqui os novos colonizadores encontraram condições propícias a seu desenvolvimento. O que significou isto? É sabido que as relações capitalistas de produção nasceram com o trabalho livre¹³ e se nutre dele. Isto se deu num determinado nível de desenvolvimento social das forças produtivas quando a maior parte dos produtores destituídos de toda e qualquer riqueza particular, tendo somente como propriedade seus braços, vende o produto de seu trabalho em troca de sua subsistência. Este pré-requisito encontrava-se amplamente desenvolvido nos países baixos europeus, França e Inglaterra, no século XVI, principalmente, com a aceleração e expansão da manufatura. Nas colônias o metabolismo social impede este processo, porém, a compulsão do trabalho indígena torna-se o modo de obter-se o trabalhador. Pertence a Ribeiro, a seguinte afirmação:

Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão de obra (...) diante desta realidade, era necessário tirar o maior proveito possível da colônia (...) O aparato material e humano deveria ser aumentado (Ribeiro, 1989: 25-30).

Portanto, desde o início as atividades coloniais passaram a subordinar qualquer organização que não estivesse em consonância com seus interesses ou propósitos, assim, a questão dos indígenas era de mão de obra, mesmo com as resistências contínuas destas populações que aqui se encontravam, a ideologia que objetivava a regeneração do “novo mundo” conseguiu quebrar qualquer resistência, a acumulação e aplicação do cabedal era a prioridade. E assim se iam instaurando as condições ideais para um ambiente favorável ao desenvolvimento das relações capitalista na colônia. É de Paiva a seguinte afirmação:

O índio da Brasil, no caso da colonização portuguesa, tornou-se objeto de ação dos colonizadores, exigiu-se dele que colabora-se nessa obra. A colonização consistia na prática do dia a dia, em derrubar o Pau Brasil (...) No amanhã da terra para o plantio da cana de açúcar no trato do engenho (Paiva, 1982: 56).

Através dos documentos da época pode-se visualizar que a ação dos jesuítas se distingue muito mais pelo seu caráter colonizador e mercantil, que por uma ação simplesmente missionária ou pedagógica. O padre Manoel da Nóbrega já nos cinco primeiros anos instalou na Bahia, São Vicente (SP), Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus e Olinda, núcleos que difundiram a catequização aos ameríndios. Neste relato podemos observar como o padre Manoel de Nóbrega expressava essa realidade:

Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra

13 A respeito deste processo, indicamos o trabalho de Marx: “Assim a chamada acumulação primitiva” na sua principal obra, O capital (livro I, cap. 24).

justa, e terão serviço e vassagens dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará almas S. A. terá renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos, já que não haja muito ouro e prata. (Nóbrega, 1988: 56).

É importante frisar que nesta passagem, deixa-se entrever as soluções frente aos obstáculos escolásticos e legais e se dá razão ao empreendimento planejado, aceitando-se como princípio justo da “escravidão legítima” toda a estrutura da atividade colonial, bem como a formação social que servia de base. Este fato definia as linhas de força do sistema mercantilista na sua conexão com a ascensão e expressão do capitalismo comercial europeu. Também, o escravo¹⁴ era importante não somente como mão de obra para os engenhos ou fazendas, mas, o negócio comercial de tráfico de escravos era extremadamente rentável uma vez que muita riqueza foi gerada no comércio de escravos e não na produção baseada no trabalho compulsório. Todavia, as colônias serão desenhadas para transferir e poder desde América aos países ibéricos, também, por parte dos colonos oportunizou incentivos produtivos.

Com a Independência do Brasil, em 1822, surge a necessidade da construção de um sistema nacional de instrução pública, indo de encontro às novas ideias da época, em que a educação era vista como meio de alcançar a modernidade e diminuir as desigualdades sociais. Assim, como conclusão, consideramos necessário que se discuta este importante período de nossa história a fim de elaborar novos diálogos de nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa. 1981

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. Editora: UNESP. São Paulo: 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2000.

DONALDSON, M. Garschagen. **Os Negros na América Latina**. Trad. Henry Louis Gates Jr. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HATTON Barry. **Os Portugueses**. 8ª ed . Trad. Pedro Vidal. Ed. Clube do Autor - S. A. Lisboa, 2012.

História de la Educación em España y América: La educación em La España contemporânea (1789-1975). BUENAVENTURA, Delgado Criado (Org.), V. 3. Ediciones Morata, S.L. Madrid. 1994.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade: A Singularidade do caso Português**, 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.1992.

GUILLERMOU, Alain. **Os jesuítas**. Trad. De Fernando Meiro. Editora: Francisco Lyon de Castro. Sintra – Portugal, 1977.

14 “se pode observar a presença dominante do sistema de escravidão em praticamente todos os centros econômicos coloniais, pois, “o índio, e mais tarde o negro, tanto no período da escravidão, como no mão-que sustentava todas as estruturas superiores da sociedade colonial” (Santos, 2001 : 17, grifo do autor). .

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto.2015.

MANACORDA, Mario Alighieri. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 2ª Ed. Trad. Gaetano lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARX, K. **O capital: critica da economia política**. Livro I. v I. 3ª ed. Nova Cultura. São Paulo, 1988.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MÉSZÁROS István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo. 2007.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil (1549-1600)**. Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

NOVAES, Fernando. **A Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1975.

PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese (1549-1600)**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PILETTI, Claudino & Piletti Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, Júnior. **Formação do Brasil contemporâneo Colônia**. Ed. Livraria Martins. São Paulo, 1945.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1978.

RUBIÃO, André. **História da Universidade: geneologia para um “Modelo Participativo**. Edições Almedina, AS. (CES). Coimbra – Portugal. 1989.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e Econômica**. Ed. SEED, Curitiba, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed. Ed. Autores Associados. Campinas. 2010.

TORGAL, Luís Reis. **História... que história? Temas e Debates** – Círculo de Leitores. Lisboa. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração da Justiça 179, 180, 183

África Austral 202, 203, 204, 209, 210, 211

Africanos 47, 49, 51, 122, 134, 135, 162, 163, 164, 166, 173, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 203, 207, 208, 209, 210

Alienação Parental 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89

América Latina 1, 8, 9, 11, 14, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 127, 128, 129, 137, 155

Anticomunismo 153, 155, 156

Ascensão Social 33

Assistência 145, 147, 151, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 197, 206

B

Base Curricular 101, 104, 108

Brasil Colônia 126, 129, 130, 138, 212

C

Colônia de Moçambique 179

Constituição Federal 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 106

Cotidiano Escolar 112, 113, 116, 117

Cultura 8, 9, 19, 22, 23, 25, 38, 44, 48, 51, 62, 76, 79, 81, 90, 91, 94, 95, 96, 100, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 129, 130, 135, 138, 169, 177, 178, 181, 182, 183, 201

D

Deslocamentos forçados 202, 203, 206, 207, 209, 210

Diálogos Contemporâneos 15, 26, 40, 54, 65, 77, 90, 101, 112, 118, 126, 139, 153, 162, 170, 179, 191, 202, 212

Diocese 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Dom João da Mata 191, 192, 194, 199, 200, 201

E

Educação 33, 34, 36, 42, 47, 51, 67, 91, 96, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 117, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 138, 142, 148, 152, 161, 173, 174, 177, 178, 181, 182, 189, 194, 199, 204, 209

Educação Superior 33, 106, 110, 126

Escravidão 71, 118

Estado 2, 23, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 88, 102, 103, 112, 128, 129, 131, 135, 143, 147, 148, 149, 151, 156, 157, 158, 160, 169, 174, 179, 180, 182, 183, 188, 192, 196, 197, 201

Estereótipos 118, 121, 123, 124, 125, 207

Extrema-Direita 153, 155

F

Família Contemporânea 77, 78, 79

Fontes 15, 16, 17, 18, 25, 38, 39, 64, 100, 124, 151, 153, 156, 160, 162, 177, 178, 183, 185, 187, 189, 201

Formação Médica 139

G

Gênero 7, 8, 10, 19, 20, 28, 39, 64, 86, 92, 94, 144, 175, 179, 184, 185, 187, 188, 189, 202, 204, 205, 206, 209, 210

H

História da psiquiatria 149, 151

I

Identidade 5, 8, 9, 10, 12, 25, 54, 55, 60, 63, 64, 78, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 106, 113, 153

Ideologia 43, 72, 78, 79, 88, 110, 136, 153, 156, 158, 173

Igualdade Racial 112

Infância 1, 56, 148, 158, 170, 172, 176, 177, 178

J

Jean-Jacques Rousseau 23, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74

L

Literatura 1, 2, 3, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 36, 39, 42, 45, 54, 63, 68, 96, 100

M

Manaus 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Manoel Bomfim 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52

Manuel de Oliveira Lima 40, 41, 43, 45, 50, 52

Maria Graham 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Matrizes Afro-brasileiras 112, 114

Migrações 202, 206, 208, 209, 210, 211

Mulher viajante 15

N

Narrativa 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 15, 22, 35, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 118, 122, 123, 132, 156, 157, 158

Neoliberalismo 101, 102, 103, 110, 155

O

Oralidade 1, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 91, 93

P

Paul Ricoeur 54, 63, 64

Poder 4, 6, 8, 13, 14, 16, 32, 49, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 85, 88, 99, 102, 103, 109, 115, 127, 131, 135, 137, 140, 146, 156, 157, 176, 179, 184, 187, 188, 192, 196, 209

Práticas Fúnebres 162

R

Relatos memoriais 1

S

Santa Casa de Misericórdia 170, 172, 174, 176, 177, 178

Santo Antonio de Jacutinga 162, 165, 166, 167, 168

Século XIX 25

Século XX 139

Sociedade 12, 14, 29, 33, 37, 41, 42, 48, 67, 68, 69, 70, 76, 81, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 212

T

Teoria da História 8, 26, 189

 **Atena**
Editora

2 0 2 0